



Saulo Ramos — Consultor geral da República, hoje consultor de algumas das maiores empresas do país, foi denunciado por obstrução dos trabalhos da CPI, que acusou de inconstitucional.



Inocêncio de Oliveira — Atual presidente da Câmara, ocupava interinamente o mesmo cargo, em substituição a Ulysses Guimarães, quando arquivou a denúncia encaminhada contra Sarney e ministros.



Aristides Junqueira — Procurador geral da República, nomeado por Sarney, recebeu no Ministério Público o relatório final da CPI. Não atuou contra, mas tampouco deu apoio às atividades da Comissão.



Romeu Tuma — Como diretor do Departamento de Polícia Federal, também recebeu o relatório da CPI. É outro caso de comportamento que não combina com o usual: fala muito, mas nesse caso não se manifestou.



Oscar Dias Corrêa — Último ministro da Justiça de Sarney, recebeu o relatório da CPI das mãos do então candidato à presidência Fernando Collor, que calçou sua campanha no combate à corrupção.



Anibal Teixeira (D) depõe na CPI da corrupção ao lado de Itamar Franco, vice-presidente da comissão.

306 Chiarelli defende outra CPI

JOSÉ MITCHELL

PORTO ALEGRE — Relator da CPI sobre irregularidades no governo Sarney, o ex-senador e ex-ministro Carlos Chiarelli defende que o Congresso Nacional reaprecie as conclusões dessa Comissão Parlamentar de Inquérito, "por sentimento de justiça e para que a Nação possa analisar com isenção tudo o que foi apurado e comprovado contra o presidente José Sarney e ministros".

"Aquela profunda investigação não pode continuar sepultada por meros mecanismos formais", diz Chiarelli, referindo-se ao despacho de quatro linhas do então presidente em exercício da Câmara, deputado Inocêncio Oliveira (PFL-PE), que simplesmente mandou arquivar as conclusões do relatório de 120 páginas, que também solicitava o *impeachment* de Sarney.

Pelas conclusões da CPI, foram enquadrados em crime de responsabilidade o então presidente da República, José Sarney, e cinco dos seus ministros, entre os quais Jader Barbalho e Aníbal Teixeira.

Entre os inúmeros crimes constatados pela CPI, frisou Chiarelli, estavam dois decretos presidenciais, que deram cobertura posterior a uma correção no valor de obras de exercício anterior, já findo, e que beneficiou empreiteiras e construtoras em mais de US\$ 700 milhões. "Foram decretos assinados sem concordância dos ministros da Fazenda e do Planejamento", recorda Chiarelli.

Manobras — "Sem revanchismo, mas por sentimento de justiça, seria extremamente interessante que o Congresso, e o país, pudessem verificar a seriedade do trabalho daquela CPI. Abortá-la por meios formais, como foi feita, tira a transparência do Congresso Nacional. Só o julgamento final é que dá a sensação do cumprimento da justiça", ressalta Chiarelli.

O relatório de 120 páginas, resultado dos trabalhos da CPI que era presidida pelo senador José Ignácio Ferreira, originou-se de 12 volumes e 23 mil páginas, em que foram ouvidas 52 pessoas, entre as quais oito ministros, além de 12 acareações.

O relatório final da CPI foi aprovado por 10 votos contra um — o único voto contra foi do então senador Alexandre Costa (atual ministro da Integração Regional do governo Itamar Franco), aliado de Sarney. Chiarelli era e é do PFL e perdeu o cargo de líder da bancada dois meses antes da conclusão da CPI, substituído por Marcondes Gadelha, numa manobra urdida no Palácio do Planalto.

Dos 15 membros do partido, sete apoiavam a permanência de Chiarelli na liderança. Os outros oito, após reuniões do Palácio do Planalto, pediram

diretamente, e obtiveram, junto ao presidente do Senado a substituição de Chiarelli por Gadelha.

Outra manobra praticamente na véspera da votação da CPI foi a retirada de José Agripino, substituído por Alexandre Costa, por determinação de Marcondes Gadelha, líder da bancada. Mesmo assim, formada entre outros pelos senadores José Bisol, Maurício Corrêa (atual ministro da Justiça), Severo Gomes (já falecido), Jutahy Magalhães e Affonso Camargo, o relatório foi aprovado por 10 a um.

Questões em aberto — A CPI surgiu a partir de denúncias de liberação de verbas para prefeituras e instituições sem nenhuma cobertura orçamentária. Foi quando os membros da CPI descobriram que só em Brasília havia 83 escritórios de lobby, para a liberação desses recursos.

O depoimento do então ministro Anibal Teixeira agravou a situação do governo Sarney, quando revelou detalhes de dois decretos presidenciais, dando cobertura a correção de obras de ano anterior já encerrado e beneficiando centenas de empreiteiras em mais de US\$ 700 milhões.

Inúmeras outras irregularidades foram constatadas na CPI do Sarney, como recordou Chiarelli, como na questão de títulos da dívida agrária e Sunaman. Após a aprovação do relatório, Chiarelli e José Ignácio, como cidadãos, e com apoio de lideranças nacionais, como o jurista Raymundo Faoro, da OAB, prepararam um documento com base na CPI e entregaram no Congresso, pedindo o *impeachment* de Sarney. Foi entregue ao então presidente do Câmara, deputado Ulysses Guimarães (falecido).

Com a saída de Ulysses da presidência da Câmara e com a viagem à Mombaça de seu substituto, deputado Paes de Andrade, o vice Inocêncio de Oliveira assumiu a presidência da Câmara e num curto despacho arquivou o pedido de *impeachment* do então presidente Sarney.

Iniciou-se então uma batalha judicial, com o recurso impetrado por Chiarelli e outras lideranças junto ao Supremo Tribunal Federal contra a decisão de Inocêncio de Oliveira.

O STF não acolheu o recurso, alegando que o crime de responsabilidade do presidente da República exigiria, para seu julgamento, uma lei regulamentadora, conforme a nova Constituição (a CPI terminou seus trabalhos pouco depois da promulgação).

"Mas no caso do presidente Collor, posteriormente, foi utilizada a lei anterior sobre crimes de responsabilidade", disse Chiarelli, ao apontar a contradição de posições.

"Aquela profunda investigação não pode continuar sepultada por meros mecanismos formais", diz o ex-ministro Chiarelli